PROCESSO CEENº 242/74
INTERESSADA - LINA SILVESTRIN

ASSUNTO - Equivalência de estudos feitos no exterior

CÂMARA DO ENSINO DO SEGUNDO GRAU - Delegação

RELATOR - Conselheiro HILÁRIO TORLONI

1. RELATÓRIO:

1.1 - LINA SILVESTRIN, filha de Atitilio Silvestrin e Joana Silvestrin, nascida em Ponte San Nicoló, Padova, Itália, aos 12.04.1925, residente e domiciliada em Santo André(SP), requer revalidação de estudos feitos na Itália, para fins de prosseguir sua vida escolar, em grau superior.

1.2 - ao relato de seu histórico escolar, refere;

a) além do curso primário, de 4 séries, feito em São Paulo, em grande número de cursos práticos ou de extensão feitos em nosso país, quase todos de caráter profissionalizante:

b) no exterior, não fez realmente qualquer curso que comprove no processo. Prestou, apenas, segundo documento traduzido a fls. 21, "exames das provas culturais para Habilitação ao Ensino nas escolas de Grau Preparatório" na Escola Normal "Madre Mazzarello"; de Turim, Itália.

2. APRECIÇÃO:

2.1 - O processo acha-se suficientemente instruído, dentro das exigências vigentes.

2.2 - Da análise da documentação escolar apresentada, verifica-se que a interessada, apesar do grande número de cursos feitos, não preencheu, o currículo exigido sequer para a conclusão de ensino de 1º grau do sistema brasileiro de ensino. Não fez prova de ter cursado as matérias de Educação Geral exigidas para esse grau, apesar de ter cursado outras de caráter profissionalizante. Não há, face à legislação em vigor, outra alternativa semão cursar tais matérias, ou nelas lograr aprovação em exames supletivos, caminho este que seria mais aconselhável, face ao grau de maturidade revelado pela requerente e ao interesse manifestado de ingressar nas escolas do grau superior.

3. - CONCLUSÃO:

À vista do exposto, somos de parecer que os estudos feitos no

exterior por LINA SILVESTERIN não podem ser considerados equivalentes aos do ensino de 1º grau ou de 2º grau do sistema brasileiro de ensino. A interessada deverá, para prosseguimento seus estudos em grau superior, submeter-se a exames supletivos de 2º grau, ou freqüentar o ensino regular de 1º e 2º grau.

É o nosso parecer, s.m.J.

CESG, 12 de fevereiro de 1974
Conselheiros HILÁRIO TORLONI

A CÂMARA DO ENSINO DO SEGUNDO GRAU, no uso de sua competência, deferida pela Deliberação CEE de 9 de outubro de 1973 e Portaria GP-nº 5/72, por Deliberação aprovada em sessão hoje realizada, após discussão e votação, adota como seu parecer a conclusão do VOTO da nobre Coselheira.

Presentes os nobres Conselheiros: ARNALDO LAURINDO, ANTONIO DELORENZO NETO, HILÁRIO TORLONI, JOSÉ AUGUSTO DIAS E PE.LIONEL CORBEIL.

Sala das sessões da CESG, em 19 de fevereiro de 1974
a) Conselheiro ANTONIO DELORENZO NETO - Presidente